

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.djf@dabr.com.br

Lula e Alcolcumbre I

Ao indicar o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) para a vaga de Bruno Dantas no Tribunal de Contas da União (TCU), o presidente do Senado, Davi Alcolcumbre, garante um lugar de peso para o seu aliado, mas não sela a sua pacificação com Lula, uma vez que este posto já é de indicação dos senadores. O que falta para dar os 100% entre Lula e o senador amapaense é Alcolcumbre desmontar as travas para a aprovação de Jorge Messias para ministro do Supremo Tribunal Federal.

Lula e Alcolcumbre II

Como o leitor da coluna já sabe, o presidente Lula não desistiu de indicar o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, para a vaga do ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF) e planeja fazer isso depois da eleição. Porém, já tem gente apostando que Bruno Dantas não teria deixado o cargo sem a promessa de uma indicação ao STF. Com isso, duas das possíveis quatro novas vagas na Suprema Corte seriam destinadas a homens.

Vão dificultar

A oposição no Senado promete uma votação demorada da PEC do fim da escala 6x1 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para isso, preparou um kit obstrução robusto para comissão e plenário, caso necessário, e garante que votará contra o texto, diferentemente do que ocorreu na Câmara. De acordo com senadores ouvidos pela coluna, a oposição não irá se “furtar” do compromisso com o Brasil e com quem gera emprego no país, diferente dos deputados que não bancaram o voto contrário. “Lula está buscando a bala de prata, que não ocorrerá”, diz o senador Rogério Marinho.

Convocação geral

Parlamentares da base do governo Lula estão a caminho de Brasília nesta semana para a possível votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do fim da escala 6x1 no Senado. Mesmo em período eleitoral, deputados e senadores estão confirmando presença no Congresso Nacional hoje e, principalmente, amanhã. A expectativa no Parlamento é a de que o texto seja aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) amanhã.

A economia e as narrativas sobre o funcionalismo

Com a entrega do Orçamento da União ao Congresso esta semana e os projetos em pauta, o presidente Lula se prepara para dizer, no horário eleitoral, que seu governo acena com responsabilidade fiscal sem tirar de cena os programas sociais. Encaixará nesse discurso pontos levantados pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), sobre uma reforma administrativa que “enfrente as corporações”. Durante a participação no Macro Day, do BTG Pactual em São Paulo, Marinho não esmiuçou a proposta de reforma administrativa, mas disse que é preciso enfrentar as corporações, algo que, na visão dele, o atual governo não fará. Há um receio, no poder público de forma geral, de que essa reforma administrativa reduza o ingresso

por concurso em alguns cargos e que isso represente um afrouxamento nos mecanismos de controle. Incluídos aí a Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público, o próprio Coaf — o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que, hoje, alerta todas essas instituições a respeito das transações financeiras atípicas.

Retorno ao passado/ Um grupo pensa, inclusive, em recuperar a frase do então presidente Jair Bolsonaro, numa reunião em 2020, quando ele foi direto ao dizer que não esperaria “f.. a família”, para trocar alguém de segurança na ponta. “Se não puder trocar, troca o chefe, se não puder trocar, troca o ministro”. Aliás, com a campanha esquentando, as frases antigas de Bolsonaro serão revisitadas por todos os adversários.



CURTIDAS

Efeito Cury/ Se as futuras pesquisas confirmarem o crescimento de Augusto Cury nas pesquisas, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) terá que rever a sua disposição de não participar de debates. Pelo menos essa é a opinião de deputados que apoiam a candidatura do senador. É que, com vários representantes mais conservadores no páreo, quem não se apresentar corre o risco de perder a torcida.

O entusiasmo fala/ Se alguém tinha alguma dúvida sobre para que lado pende o coração de, pelo menos, parte dos barões do mercado financeiro nesta eleição, agora não tem mais. Na plateia do Macro Day, do BTG Pactual, o senador Rogério Marinho (PL-RN), que coordena a campanha de Flávio Bolsonaro, foi ovacionado ao dizer que era preciso tirar o PT.

Novos tempos/ Para a mesma plateia do BTG, o vice-presidente Geraldo Alckmin havia dito antes do senador potiguar que há uma tendência natural no mundo de redução da jornada (e/ou escala) de trabalho e que era possível a aprovação da PEC esta semana. Teve gente se remexendo na cadeira.

E a segurança, hein?/ Logo depois de se referir à segurança pública como algo que a Constituição atribui aos estados e não à União, o ministro da Fazenda, Dario Durigan (**foto**), se referiu ao aniversário de um ano da Operação

Carbono Oculto, que desbaratou um esquema do crime organizado para lavar dinheiro usando postos de combustíveis e fundos de investimentos. E foi além, ao dizer que está-se montando um sistema de IA para a realização de uma Carbono Oculto a cada dois meses. Se for por aí, avaliam governistas, Lula pode ter um passe para entrar com o pé certo no discurso de combate ao crime organizado.



COLABOROU LUIZA ALTOÉ

PODER

Dantas sai, Pacheco está na fila

Ministro antecipa a aposentadoria do TCU. Alcolcumbre indica senador que esteve cotado para a 11ª cadeira do STF

» RENATO SOUZA
» ARMANDO HOLANDA

O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, oficializou, ontem, a saída da Corte. Renuncia 30 anos antes do prazo para aposentadoria compulsória e depois de mais de uma década no TCU. Dantas ocupa a vaga destinada à indicação do Senado, o que abre espaço para que o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ocupe a cadeira que estará vaga. O Senado, aliás, deve votar a indicação de Pacheco amanhã. O parlamentar foi indicado pelo presidente da Casa, Davi Alcolcumbre (União-AP), ontem à noite, para suceder Dantas. São necessários, pelo menos, 41 votos favoráveis para que seja aprovado. Dantas formalizou o pedido de afastamento do TCU por meio de ofício ao presidente da Corte, Vital do Rêgo Filho. “Hoje (ontem) protocolei meu pedido de renúncia ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União para me dedicar a

novos projetos na próxima etapa da minha vida profissional. São quase três décadas de dedicação integralmente ao serviço público, iniciadas em 1998. Foi nesse tempo que aprendi quase tudo o que sei sobre o Brasil, suas instituições e o que significa, na prática, servir”, afirmou Dantas, em uma carta e uma declaração em vídeo publicada nas redes sociais. “Encerro este ciclo com a serenidade de quem cumpriu, com lealdade e dedicação, todos os mandatos que me foram confiados. E com a convicção republicana de que a rotatividade nos altos cargos do país é uma virtude. As instituições se fortalecem quando seus quadros sabem chegar e sabem partir”, completou. Vital do Rêgo afirmou que Dantas foi um “confidente e grande amigo” que tinha no tribunal e que ele deixará um legado de inteligência e coragem na Corte. “Recebo com emoção e, confesso, com um sentimento de tristeza, a decisão de Bruno Dantas de encerrar sua

trajetória como ministro do Tribunal de Contas da União. Agradeço profundamente por sua dedicação, pelo trabalho realizado e pela contribuição que deixou para a história desta Corte. O TCU sentirá sua falta e guardará, com reconhecimento e gratidão, a marca de sua passagem”, afirmou o presidente da Corte por meio de nota. Dantas deve migrar para a iniciativa privada e tem o nome cotado para o comando da Avibras, fabricante nacional de aviões. A empresa foi recentemente adquirida pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do Grupo J&F. Antes de indicá-lo para o TCU, Alcolcumbre defendeu o nome de Pacheco para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) pela saída do ministro Luís Roberto Barroso. No entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva escolheu o advogado-geral da União, Jorge Messias, para a 11ª cadeira — cujo nome foi barrado pelo Plenário da Casa, em uma derrota histórica do Palácio do Planalto (**Com Agência Estado**).

Samuel Figueira/TCU



Encerro este ciclo com a serenidade de quem cumpriu, com lealdade e dedicação, todos os mandatos que me foram confiados. E com a convicção republicana de que a rotatividade nos altos cargos do país é uma virtude. As instituições se fortalecem quando seus quadros sabem chegar e sabem partir”

Ministro Bruno Dantas, ao anunciar que deixa o TCU

FRAUDES FISCAIS

Ligada a Castro, Refit tem falência decretada

A 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro decretou, ontem, a falência das empresas que compõem o Grupo Refit. O juiz Arthur Ferreira converteu em falência a recuperação judicial da Gasdiesel Serviços, em Duque de Caxias, da Distribuidora S.A., em Manguinhos, da Química S/A, na Rodovia Anhangüera, em Campinas, e da Refinaria de Petróleos Manguinhos, na Avenida Brasil. A Refit pertence ao empresário Ricardo Magro, que está foragido da Justiça brasileira. Segundo inquérito da Polícia

Federal (PF) relacionado à Operação Sem Refino, o ex-governador fluminense Cláudio Castro (PL) é investigado por ter criado um ambiente regulatório favorável a Refit. Ele teria atuado politicamente para beneficiar a operação do grupo, permitindo que continuasse atuando mesmo diante de sucessivas interdições fiscais e irregularidades operacionais. Além de decretar a falência, o magistrado determinou que as empresas apresentem, em cinco dias, a relação nominal de credores e prestem informações ao

administrador judicial. Também ordenou o bloqueio de todas as contas bancárias das falidas e requisitou à Receita Federal as últimas declarações de Imposto de Renda e dados de operações imobiliárias. O processo de recuperação judicial tramitava desde 2015 sem desfecho. Teve a transformação em falência pedida pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Ministério Público fluminense (MP-RJ), por meio do Grupo de Atuação Especializada e de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal.

Na decisão, Ferreira mencionou as irregularidades apontadas em operações policiais e fiscais, afirmando que o negócio do grupo estaria sustentado por “atos reiterados de sonegação fiscal e fraude fiscal estruturada”. Refere-se às operações Cadeia de Carbono e Carbono Oculto (Receita Federal), Poço de Lobato (MP de São Paulo e Procuradoria da Fazenda Nacional), além de interdição administrativa da Agência Nacional de Petróleo (ANP). O magistrado também destacou a Operação Sem Refino, que determinou a suspensão das atividades

econômicas de todas as empresas do grupo e o bloqueio de R\$ 52 bilhões em ativos financeiros.

Sonegação

Segundo o juiz, a medida “evidenciou que o verdadeiro modelo de negócio empreendido pela Refit e suas empresas coligadas é baseado, intrinsecamente, em atos reiterados de sonegação fiscal e fraude fiscal estruturada, por meio de ocultação patrimonial e esvaziamento econômico da empresa deliberadamente para fins de não pagamento de tributos”. A decisão cita ainda a disputa tributária da Refit com o Estado do Rio, com menção a uma autorização judicial para

parcelamento que foi cassada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O STJ afirmou, ainda, que a suspensão de cobranças afastava créditos cujas parcelas em atraso “já superam R\$ 80 milhões” e impunha “risco concreto de esvaziamento patrimonial” ao impedir medidas constitutivas, caracterizando “grave lesão à economia pública” ao paralisar a cobrança de créditos “de expressão bilionária”. Ricardo Magro, controlador da Refit, começou a vida profissional advogando para o ex-deputado Eduardo Cunha, que tenta voltar à Câmara na eleição de outubro por Minas Gerais. Magro mora nos Estados Unidos e ostenta um altíssimo padrão de vida.